



## SEÇÃO LIVRE

# Os afazeres do intelectual em tempos de crise: responsabilidade e expectativa no discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato

*The tasks of the intellectual in times of crisis: responsibility and expectation in the speech of thanks of Caio Prado Júnior for the Juca Pato award*

*Las tareas de intelectual en tiempo de crisis: responsabilidad y expectativa en el discurso de Caio Prado Junior para el premio Juca Pato*

**Sérgio de Sousa**

**Montalvão<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-0910-0633](https://orcid.org/0000-0003-0910-0633)

[sergiomontalvao@id.uff.br](mailto:sergiomontalvao@id.uff.br)

**Recebido em:** 30/05/2019.

**Aprovado em:** 29/07/2021.

**Publicado em:** 31/08/2021.

**Resumo:** O discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato, lido no auditório da *Folha de S. Paulo*, durante a noite de 28 de março de 1967, é, neste artigo, uma oportunidade de incursão na história intelectual de um período marcado pela transição de uma esfera pública democrática para uma esfera pública autoritária. A premiação decorreu da repercussão alcançada pelo livro *A revolução brasileira*, primeira reflexão de peso sobre os erros cometidos pelos setores progressistas, na conjuntura final da República de 1946. Em seu discurso, o historiador tratou da responsabilidade do intelectual para enfrentar o fechamento de horizontes e de perspectivas futuras de um país que ainda vivia uma modernidade inconclusa. A expectativa quanto ao futuro do Brasil, em um momento de crise das instituições de representação democrática, leva a uma reflexão sobre o tempo histórico no pensamento social.

**Palavras-chave:** Caio Prado Júnior. Prêmio Juca Pato. Intelectuais. Esfera pública. Tempo histórico

**Abstract:** The Caio Prado Júnior's speech for the Juca Pato prize, read in the auditorium of the *Folha de S. Paulo*, during the night of march 28, 1967, is, in this article, an opportunity of incursion into the intellectual history of a period marked by the transition from a democratic public sphere to an authoritarian public sphere. The award came from the repercussion reached by the book *A revolução brasileira*, the first major reflection on the errors committed by the progressive sectors, in the final conjuncture of the Republic of 1946. In your speech, the historian dealt with the responsibility of the intellectual to face the closing of horizons and future perspectives of a country that still lived an unfinished modernity. The expectation as to the future of Brazil, in a moment of crisis of institutions of democratic representation, leads to a reflection on historical time in social thought.

**Keywords:** Caio Prado Júnior. Juca Pato Prize. Intellectuals. Public sphere. Historical time.

**Resumen:** El discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior por el premio Juca Pato, leído en el auditorio de la *Folha de S. Paulo*, durante la noche del 28 de marzo de 1967, es en este artículo una oportunidad de incursión en la historia intelectual de un período marcado por la transición de una esfera pública democrática para una esfera pública autoritaria. La premiación se debió a la repercusión alcanzada por el libro *A revolução brasileira*, primera reflexión de peso sobre los errores cometidos por los sectores progresistas, en la coyuntura final de la República de 1946. En su discurso, el historiador trató de la responsabilidad del intelectual para enfrentar el cierre de horizontes y perspectivas futuras de un país que aún vivía una modernidad inconclusa. La expectativa en cuanto al futuro de Brasil, en un momento de crisis de las instituciones de representación democrática, lleva a una reflexión sobre el tiempo histórico en el pensamiento social.

**Palabras clave:** Premio Juca Pato. Intelectuales. Esfera pública. Tiempo histórico.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

A história dos intelectuais também é a história da sua presença na esfera pública. Esta é entendida aqui como um espaço comunicativo em que predomina o livre uso da argumentação racional e seus contraditórios. Habermas (2014) situou esse processo historicamente, pontuando a importância da livre circulação dos jornais diários, da edição de livros e revistas, dos cafés e dos salões literários na formação das sociedades liberais. Esta será a ambiência adequada para a afirmação da modernidade burguesa (em determinados territórios centrais do capitalismo) e, em seu interior, das culturas cívico-literárias e seus públicos. Entre essas destaca-se a que cercou os acontecimentos em torno do caso Dreyfus, na França, em finais do século XIX. O episódio que remonta a contestação do julgamento e a condenação do oficial de Artilharia do Exército francês, Alfred Dreyfus (1894), por crime de espionagem contra o Estado, é considerado um momento arquetípico de afirmação dos intelectuais enquanto grupo de pressão (WINOCK, 1997).

Defendendo princípios considerados universais de justiça e liberdade, os *dreyfusards* denunciaram a farsa processual que estaria ocultando aspectos de antisemitismo e xenofobia, devido à origem judaica do suposto autor. Nessa conjuntura, a carta aberta de Émile Zola, publicada no jornal *L'Aurore* com o título de "*J'Accuse*" (Eu acuso), tipifica uma das definições possíveis do intelectual ao ressaltar a importância constitutiva do engajamento político dos homens e mulheres de letras. Para Jean-François Sirinelli (1996), os intelectuais podem ser definidos de um modo mais restrito e outro mais abrangente. O primeiro observa, sobretudo, os aspectos políticos da sua presença na esfera pública, enquanto o segundo, leva em conta os aspectos socioculturais. Mesmo considerando a necessária integração entre esses dois campos, o artigo, em sua parte interpretativa, irá se pautar na primeira dimensão identificada por Sirinelli, situando-a em uma circunstância particular: o discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1966.

A premiação, organizada pela União Brasileira de Escritores (UBE) e o jornal *Folha de S.Paulo*, laureava, desde o ano de 1962, autores de obras literárias com uma estatueta que reproduzia o personagem imortalizado pelo cartunista Benedito Bastos Barreto, o Belmonte. De grande popularidade nas décadas de 1930 e 1940, o Juca Pato simbolizava as queixas do povo contra as elites econômicas, a corrupção dos governos e a carestia. Representando o povo que sofre com as injustiças do dia a dia, o Juca Pato tem o aspecto de um homem de meia idade, careca, de olhos arregalados demonstrando sobressalto diante dos problemas enfrentados. Sem receber nenhuma atenção das autoridades públicas, ele era acolhido pelos intelectuais, os únicos capazes de se indignarem com as suas dificuldades. A sua figura (Imagem 1) se apoia em um objeto que pode lembrar um lápis ou um cajado, para elucidar a força transformadora da educação e da cultura.

**Imagem 1** – Ilustração do Troféu Juca Pato



**Fonte:** Novo Milênio (2008).<sup>2</sup>

Os primeiros a receberem o prêmio foram Afonso Schmidt, Santiago Dantas, Alceu Amoroso Lima e Cassiano Ricardo. O historiador Caio Prado

<sup>2</sup> Troféu Juca Pato. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/cfoto049b.htm>. Acesso em: 29 jan. 2018.

Júnior foi o premiado da quinta edição, pelo livro *A revolução brasileira*. A entrega do prêmio ao historiador paulista ocorreu em 28 de março de 1967, poucos dias antes do terceiro aniversário do golpe civil-militar que interrompeu o período presidencial de João Goulart. O Brasil vivia naquele tempo o início de um ciclo ditatorial que duraria 21 anos. Consequentemente, a esfera pública sofreria restrições objetivas e subjetivas, com o uso das mais diversas formas de controle do pensamento e ação daqueles considerados divergentes e perigosos, contrastando com o período imediatamente anterior, em que, apesar das suas próprias limitações, ainda havia espaço para o pluralismo democrático (PERLATTO, 2015, p. 131).

O autor do livro premiado não escapou da violência praticada pelos novos donos do poder, tendo a gráfica de sua propriedade sido incendiada, em condições suspeitas, durante o mês de abril de 1964. Ele e seu filho Caio Graco Prado foram presos, em mais de uma oportunidade, por editarem material considerado subversivo pelas autoridades policiais e militares (PERICÁS, 2016, p. 201-203). Os afazeres do intelectual tornavam-se extremamente difíceis em um tempo de repressão e dúvidas quanto às saídas para os impasses deixados pelo fracasso da "pré-revolução brasileira".

Em meio a esse quadro hostil, a premiação do livro *A Revolução brasileira* assinala o reconhecimento público de uma reflexão sobre os erros cometidos pelos setores progressistas, na conjuntura final da República de 1946, em decorrência de uma aceitação demasiadamente abstrata das principais teses marxistas, sobretudo aquela que tratava a burguesia nacional como propulsora de uma revolução democrática. Isso ocorreria em um momento de crise institucional, após instalada uma ditadura anticomunista, cujo impacto negativo atingiu o conjunto das forças de esquerda no país. Anteriormente, mesmo que o intelectual

participasse do debate sobre o desenvolvimento econômico, publicando os livros *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954) e *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1957), além de artigos em revistas e jornais, a sua posição política, destoante em relação às alianças que promoveram o nacional-desenvolvimentismo, sempre foi minoritária. A entrega do Juca Pato contribuiu para reposicioná-lo na esfera pública cívico-literária, em um período de transição na história do marxismo, favorável à recepção de suas teses.<sup>3</sup>

O objetivo deste artigo é analisar o discurso de Caio Prado Júnior, recuperando o quadro mais amplo em que este se insere, na transição de uma esfera pública democrática para uma esfera pública autoritária, para entendê-lo como uma peça não desprezível do pensamento social do autor, ressaltando o que se pode considerar uma reflexão sobre o tempo histórico. O artigo está dividido em duas partes. A primeira descreve alguns aspectos da esfera pública cívico-literária dominante no regime liberal-democrático de 1946-1964, considerando as transformações do trabalho intelectual em vista da expansão das universidades, do relativo crescimento do mercado livreiro e da diversificação do público leitor. A segunda, ressalta dois aspectos do discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior relacionados à história intelectual e ao contexto de época: a responsabilidade do intelectual diante dos fatos decorrentes da crise político-institucional da primeira metade da década de 1960 e as suas expectativas quanto ao futuro do Brasil.

Na abordagem teórica, foram relacionadas questões relativas ao conhecimento público das Ciências Humanas e Sociais (BURAWOY, 2005; PERLATTO, 2016; WERNECK VIANNA, 2004) e à semântica dos tempos históricos (KOSELLECK, 2006). Intencionou-se chegar, por meio dessas aproximações, a uma interpretação que equacionasse os aspectos externos e internos do pe-

<sup>3</sup> No livro *Economia política brasileira*, Guido Mantega (1992) mostra como os mentores do "modelo de subdesenvolvimento capitalista" (Andrew Gunder Frank e Ruy Mauro Marini), apoiados nas análises de Caio Prado Júnior, produziram, em meados da década de 1960, uma crítica à razão dualista das teorias da modernização, que opunham o rural-agrário ao urbano-industrial, apostando na força progressista deste último para pôr um termo ao subdesenvolvimento, compreendido como etapa a ser superada. Esses autores, por seu turno, entenderam o subdesenvolvimento como resultado da própria expansão do capitalismo, em uma lógica capaz de levar, até mesmo, ao desenvolvimento do subdesenvolvimento.

queno texto de 1967, mostrando, através dele, os pontos centrais da crítica do autor de *A revolução brasileira* ao imobilismo político e social provocado pela "tecnocracia economicista" dominante após o golpe civil-militar de 1964.

### Nosce te ipsum

A epígrafe latina de uma das frases mais conhecidas da filosofia grega, o "conhece-te a ti mesmo" de Sócrates, encontra-se grafada em uma das páginas que antecedem o texto de *A revolução brasileira*. Ela sugere um tipo de reflexão que procura ir ao encontro das questões mais substantivas da sociedade que cerca o autor, reduzindo a distância entre a teoria da revolução brasileira e a "realidade nacional". É o que nos permite concluir a leitura do trecho abaixo:

No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada, ou, inadvertidamente se inspira todo o pensamento brasileiro de esquerda, e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados a priori e sem a consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é o mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 30).

Se a referência ao filósofo grego pode servir de rastro para entender as intenções de Caio Prado Júnior ao escrever o livro ganhador do Juca Pato, ela também nos serve para entrar em contato com a esfera pública cívico-literária em que o livro foi escrito. *A revolução brasileira* pertence a um tempo de críticas e de revisões quanto à tese pecebista da revolução burguesa no Brasil, sendo representativo da "fratura intelectual" (CÔRTEZ,

2003) com o otimismo de uma estratégia política que viria a ser tratada como ilusória e populista (FRANCO, 1978; IANNI, 1978).<sup>4</sup>

O problema discutido em *A revolução brasileira* começou, no entanto, a ser pensado muito antes do golpe que interrompeu a presidência de João Goulart. As raízes do argumento apresentado por Caio Prado Júnior se acham ao longo de suas divergências com o Partido Comunista do Brasil (PCB), organização política em que militou pela maior parte da vida. Uma arqueologia desse desentendimento não poderia suprimir dois momentos decisivos: a recomposição do partido no final do Estado Novo e o apoio dos comunistas a Juscelino Kubitschek. Na primeira conjuntura, o historiador apostou na aproximação da esquerda com os liberais para derrotar a ditadura e impedir o continuísmo varguista, enquanto na segunda, divergiu abertamente da imprudência de apoiar uma política econômica de associação com o capital estrangeiro. Em ambas as situações, Caio Prado Júnior rejeitou a ação política "etapista, pragmática, admiradora do progresso capitalista-industrial como forma de superar o atraso econômico e social, resumido nos chamados resquícios feudais" que prevaleceu no núcleo dirigente do partido (BRANDÃO, 1997, p. 240-241).

Os muitos desentendimentos teóricos e organizativos não impediram o intelectual de continuar dando suporte à causa comunista, participando dela como agente político, cultural e financeiro. Caio Prado Júnior fez parte da bancada comunista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), durante a legislatura iniciada em 1947. No prédio onde funcionava a Editora Brasiliense viria a ser instalada a redação do jornal *Hoje*, órgão noticioso do PCB paulista. A editora de sua propriedade também seria responsável pela revista *Fundamentos*

<sup>4</sup> A revolução burguesa era a estratégia dominante no Partido Comunista Brasileiro (PCB), com relativas exceções, que implicava em realçar o protagonismo da burguesia nacional – capaz de superar as suas ambiguidades, se apoiada pelas forças progressistas e populares, na cidade e no campo – na luta pelo desenvolvimento autônomo e democrático do Brasil, contra as forças retrógradas do imperialismo e do latifúndio. No período democrático pós-Estado Novo, à medida em que o PCB descobria brechas e possibilidades de ação em meio a fissuras e divisões na classe dominante, ampliadas pela adesão de certos setores ao nacional-desenvolvimentismo, o partido se reaproximava do sistema político-partidário, mesmo na ilegalidade, elegendo candidatos em outras legendas e dialogando com os poderes da República. Essa atitude política permitiu aos comunistas viverem, no contexto histórico que precedeu o golpe civil-militar de 1964, em uma condição de "influência sem poder" (BRANDÃO, 1997). Não se deve esquecer também que a tese pecebista se manteve em um "horizonte de expectativas" muito próximo ao que era desejado por outros setores da esquerda, em que poderíamos incluir o ISEB (em seus momentos finais) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando com eles um bloco (não monolítico) engendrado por uma cultura política nacional-reformista.

(1948-1955), alinhada ao partido no primeiro tempo da Guerra Fria, momento em que a intelectualidade comunista esposava as teses do realismo socialista, opondo-se frontalmente à arte burguesa e ao imperialismo cultural norte-americano.

É apenas com o lançamento da *Revista Brasileira* (1955-1964) que a independência de Caio Prado Júnior frente ao Partido Comunista ganha a sua forma mais completa. Com uma periodicidade bimestral, a publicação era mantida pela editora homônima e se constituía em um espaço de circulação das ideias políticas e sociais de um determinado grupo de opinião no interior do PCB (RICUPERO, 2000), assim como em um espaço de publicização do conhecimento nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, envolvendo colaboradores com perfil de amadores e de especialistas (MONTALVÃO, 2017).

O início das atividades da *Revista Brasileira* coincidiu com um período de crescimento do mercado editorial, após terem sido superadas as

restrições da política econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, pautada em um liberalismo cambial que favorecia a importação no lugar da produção nacional de livros. Na segunda metade dos anos 1950, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek procurou inverter essa situação, atuando para reduzir os custos gráficos, até então pressionados pelo elevado preço do papel importado. Estudando a produção das Ciências Sociais em livro durante esse período, Gláucia Villas Bôas (2007) constatou que medidas protecionistas como a redução de impostos para o setor livreiro e o abrandamento das restrições cambiais permitiram uma notável expansão dos negócios. O resultado para este segmento especializado de leitura pode ser notado na amostra de 872 livros levantada pela socióloga nos registros do depósito legal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Considerando as décadas de 1945-1955 e 1956-1966, ela obteve o seguinte resultado (Quadro 1):

**Quadro 1** – Volume e evolução da produção nacional de livros em Ciências Sociais, 1945-1966

Disciplinas	1945-1955	1956-1966	Total
História do Brasil	123	180	303
Economia Política	46	112	158
Antropologia	70	71	141
Sociologia	34	87	121
Ciência Política	20	63	83
Geografia Humana	18	25	43
Demografia	10	13	23

Fonte: VILLAS BÔAS, 2007.

Para fins comparativos, deve-se observar, em primeiro lugar, o aumento geral no volume de publicações entre as duas décadas, com um pico mais alto no biênio 1958-1959. A variação entre as disciplinas é mais um item que requer atenção. O ponto a ser ressaltado está no posicionamento da Economia Política, saltando de 46 para 112 obras. Essa variação manifesta o aumento do interesse em um campo eminentemente associado à participação do Estado na economia e à proposição de políticas econômicas para o

contexto brasileiro, como, de fato, se consolida a partir do Plano de Metas de JK.

O aumento do número de publicações especializadas em Ciências Sociais resultou de um aspecto relevante para a compreensão da esfera pública cívico-literária durante a República de 1946: a diversificação do público leitor. Ela ocorreu, em parte, devido à consolidação do processo de institucionalização universitária que, iniciado nas décadas de 1920 e 1930, se viu ampliado com a abertura de novos cursos, tanto voltados

para a ciência pura como para ciência aplicada (MENDONÇA, 2000). De 1945 a 1964, o número de universidades passou de 5 para 39, mediante um acelerado processo de federalização (CUNHA, 2007). Embora o acesso ao ensino superior ainda permanecesse extremamente limitado, o número de matrículas em instituições públicas e privadas saltou de 33.723 (1933) para 95.691 (1960), praticamente triplicando a quantidade de estudantes (DURHAM, 2005, p. 205).

Dentro dessa linha de diversificação e de especialização do público leitor, será possível aproveitar uma outra conclusão do livro de Gláucia Villas Bôas, relacionada ao que a autora identificou como as "duas linhas de trabalho dos cientistas sociais". A primeira delas se estende sobre o "corpo conceitual e teórico" de uma determinada disciplina, enquanto a segunda "tem como alvo o conhecimento de múltiplos aspectos da sociedade brasileira" (VILLAS BÔAS, 2007, p. 51-52). Pelo quadro abaixo, é possível observar a seguinte evolução (Quadro 2):

**Quadro 2** – Volume e evolução das principais linhas de trabalho dos Cientistas Sociais, 1945-1966

Tipo de Obra	1945-1955	1956-1966
Sobre o corpo conceitual e teórico de uma disciplina.	53	92
Sobre os múltiplos aspectos da sociedade brasileira.	268	459

**Fonte:** VILLAS BÔAS, 2007.

A prevalência de obras classificadas na segunda linha de trabalho indica um interesse mais intenso pelo estudo da "realidade nacional". Essa abordagem se favoreceu do movimento nacionalista mobilizado a partir da campanha do "Petróleo

é nosso", no segundo governo Vargas, e da atividade de parte considerável da intelectualidade das agências e dos institutos especializados no fomento de políticas públicas para ciência, cultura e educação.<sup>5</sup> Esses agentes introduziram e publicizaram um repertório teórico envolvendo os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, desigualdades e mudanças sociais.

Em São Paulo, junto a esse movimento, os postulantes da sociologia do desenvolvimento objetivaram colocar o pensamento social brasileiro em uma nova fase, na qual se discutia, sobretudo, a pertinência do método científico, investindo intensivamente em obras de caráter teórico. Florestan Fernandes apresentou essa transição, de modo autorreferenciado, como uma passagem do conhecimento pré-científico para o científico, lapidando uma versão da história das Ciências Sociais que protagonizava o abandono do ensaio como forma interpretativa (JACKSON, 2007, p. 35; LIMA, 1999, p. 157-158).

O campo da sociologia profissional estava sendo organizado no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), permitindo que os indivíduos que disputavam o capital cultural proveniente dessa área de estudos, após a passagem pelo ritual de defesa da pesquisa em uma banca de arguição, capacitada a conferir os títulos de mestre, doutor e livre-docente, o adquirissem no "estado institucionalizado".<sup>6</sup> No espaço criado pelas elites paulistas para se contraporem às formas de autoritarismo do primeiro ciclo varguista, afastado das demandas da sociedade civil, surge uma comunidade científica de corte mertoniano, considerados seus aspectos de comunalismo, universalismo, desinteresse e ceticismo organizado.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Entre os centros de pesquisa e institutos abertos pelo governo federal durante o período democrático iniciado em 1946, temos o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF- 1949), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE-1955) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB-1955).

<sup>6</sup> Em sua sociologia da educação, Pierre Bourdieu (1998) escreveu sobre os três estados do capital cultural: o "estado incorporado" (que é a aquisição individual do aparato cultural), o "estado objetivado" (que é a exposição material e simbólica da cultura, através de objetos reverenciáveis) e o "estado institucionalizado" (que é a aquisição de títulos e honrarias que trazem reconhecimento social aos autores).

<sup>7</sup> Robert K. Merton descreveu um tipo ideal de comunidade científica que, em grande medida, se assemelha ao que foi implantado nos tempos iniciais da USP. O filósofo Ivan Domingues (2011), amparado na sociologia da ciência de John Ziman, contrasta esse tipo de comunidade científica, mais afeita a se posicionar como intelectual público (individual ou coletivamente) e a assumir como sua a ética republicana, com um outro tipo de comunidade, vinculada ao mercado e à indústria, em que sobressai o cientista empreendedor, especializado na pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços sob demanda específica.

Seguindo uma hipótese levantada por Luiz Werneck Vianna, pode-se dizer que, no período democrático pós-Estado Novo, a pequena comunidade uspiana das Ciências Sociais modifica esse *status* e adquire um *ethos* intervencionista que requer a sua inscrição mais efetiva na esfera pública:

Mas, se a noção de comunidade científica mertoniana foi quase natural às Ciências Sociais que se institucionalizaram em São Paulo - inclusive como recurso que garantisse diante das elites fundadoras -, não era nada favorável a percepção que os cientistas tinham a respeito de seu imediato contexto externo. Conscientes de que a comunidade científica que tentavam implantar no Departamento Ciências Sociais da USP se inscrevia em um capitalismo retardatário e em uma sociedade ainda em trânsito do patrimonialismo para uma ordem social competitiva, não reconheciam uma relação de homologia entre ciência e representação política e social. Tal situação de estranheza - a comunidade científica como um ator moderno e democrático inscrito em um conjunto de relações de sentido oligárquico, autoritário, e ainda, preservando traços patrimoniais - enfraquecia neles a expectativa de que poderiam exercer algum papel transformador se permanecessem confinados à dimensão sistêmica da ciência.

Nesse sentido, a vocação mertoniana precisava ser completada pela noção de *intelligentzia* de Mannheim. Mais do que homens de ciência, os cientistas sociais fariam parte de uma *intelligentzia* que, "no caos dos antagonismos grupais de que participa", teria a função de buscar a "compreensão mais completa possível da situação histórico-social e a afirmação correspondente de interesse por ela". Essa compreensão tomaria a forma de "síntese total", de procedência diversa das "sínteses" formuladas pelos partidos, porque nascida da Ciência Social e da perspectiva de superar as formas parciais, próprias àqueles, de compreensão da realidade social (WERNECK VIANNA, 2004, p. 208).

Por mais que viessem a se tornar especialistas, em regra, os intelectuais universitários das Ciências Humanas e Sociais não se desfilaram da ética republicana, permitindo-se colocar em um suposto ponto equidistante, de onde poderiam falar em nome dos princípios e diretrizes gerais da sociedade.<sup>8</sup> No entanto, os anos iniciais da década de 1960, sob o impulso da Revolução Cubana, das lutas pela libertação nacional dos

povos africanos e asiáticos, dos conflitos relativos às reivindicações de direitos civis pelas populações afrodescendentes nos Estados Unidos, vivenciaram profundas alterações na relação entre os intelectuais e seu público, levando-os a formas mais explícitas de engajamento político.

É nesse contexto, dentro do cenário norte-americano, que Burawoy (2005) evidencia a vocação sociológica para dialogar com públicos mais visíveis e definidos, com os quais adquire uma relação orgânica, distanciando-se do grande e indistinto público para o qual tradicionalmente se dirigia quando a sua produção intelectual ultrapassava os muros da academia. No caso brasileiro, porém, mesmo durante o período democrático, a exposição pública dos intelectuais universitários ressentiu-se dos limites de uma esfera pública restringida por fatores estruturais como os baixos índices de alfabetização e um mercado editorial que, embora em crescimento, mantinha-se com tiragens em média entre cinco e seis mil exemplares (HALLEWELL, 2005, p. 544).

É nesse ambiente que os artigos de Caio Prado Júnior na *Revista Brasiliense* se moveram para descortinar a fragilidade da política de aliança de classes sustentada por teóricos e dirigentes do Partido Comunista, depois interrompida junto aos acontecimentos de março e abril de 1964. O pensamento político do autor de *A revolução brasileira* esteve voltado, antes do golpe civil-militar que retirou o mandato presidencial de João Goulart, para a crítica das artimanhas de um sistema partidário incapaz de se abrir à participação popular, mantendo-se no ritmo lento do elitismo, impedidor de quaisquer reformas consequentes. Mesmo o seu tempo mais dinâmico, os "cinquenta anos em cinco" de Juscelino Kubitschek, em que a produção industrial cresceu assustadoramente, foi assinalado como insuficiente para romper com os padrões coloniais de inserção do Brasil na economia mundial. Não estaria ocorrendo, naquele momento, nenhuma virada histórica significativa, que assinalasse a convergência

<sup>8</sup> A vocação pública da sociologia foi estudada na tese de doutorado de Fernando Perlatto, recentemente publicada em livro. O autor cobriu um período que vai da década de 1940 até 2012, procurando compreender os vínculos do conhecimento sociológico com os temas predominantes na agenda pública. Para o período que aqui nos interessa (1940-1964), Perlatto (2016, p. 12) destaca a centralidade dos seguintes temas: a) questão racial; b) modernização e mudança social; c) dilemas educacionais; e d) revolução brasileira.

entre capitalismo e democracia, permitindo a incorporação dos trabalhadores aos direitos civis, políticos e sociais. Esse pessimismo só seria compensado no elogio à introdução da legislação social-trabalhista no campo, aprovada na Câmara dos Deputados em março de 1963. O historiador a entendeu como um complemento da abolição dos escravos, mais de cinquenta anos após a assinatura da Lei Áurea (PRADO JÚNIOR, 2014).

Contrário aos acordos de cúpula que estariam sendo firmados entre a esquerda comunista e o governo de João Goulart, o historiador apelou para a necessidade de um trabalho político-pedagógico de médio-longo prazo, iniciado pela consciência nacionalista em construção, capaz de permitir a participação popular nos destinos da administração pública, considerando-a portadora do verdadeiro sentido da democracia. É assim que a posse de Miguel Arraes no governo de Pernambuco foi vista por ele como um momento precioso no processo de autonomia política popular, rompendo o longo ciclo dos governos paternalistas, meramente comprometidos com os seus interesses particulares e abrindo "perspectivas para a transformação radical do sistema ordinário e tradicional da política brasileira" (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 412).

O contínuo exercício de análise política a partir do conhecimento sobre a formação da sociedade brasileira (SANTOS, 2001) permitiu ao historiador uma compreensão mais nuançada do tempo histórico, levando-o a considerar o presente cindido em um tempo de ilusões e outro de possibilidades. O tempo de ilusões coincide com o tempo curto e precipitado da política, enquanto o tempo de possibilidades envolve a emergência das classes populares em torno de objetivos democratizantes e transformadores, ainda represados pela persistência do passado. Essa digressão sobre o tempo histórico será fundamental na revisão da política comunista encontrada no livro que levou Caio Prado Júnior a receber o título de intelectual do ano de 1966. No parágrafo de abertura de *A revolução brasileira*, o historiador irá aproveitá-la para discutir o conteúdo conceitual e semântico do termo "revolução":

O termo "revolução" encerra uma ambiguidade (aliás, na verdade muitas, mas fiquemos aqui na principal) que tem dado margem a frequentes confusões. No sentido em que é ordinariamente usado, revolução quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. Revolução tem aí o sentido que mais apropriadamente cabe ao termo "insurreição". Mas revolução tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através do qual se realiza. A Revolução Francesa, por exemplo, foi desencadeada e em seguida acompanhada, sobretudo em seus primeiros tempos, de sucessivas ações violentas. Mas não foi isso, por certo, que constituiu o que propriamente se entende por "revolução francesa". Não são, é claro, a tomada da Bastilha, as agitações camponesas de julho e agosto de 1789, a marcha do povo sobre Versalhes em outubro do mesmo ano, a queda da Monarquia e a execução de Luís XVI, o Terror e outros incidentes da mesma ordem que constituem a Revolução Francesa, ou mesmo simplesmente que a caracterizam e lhe dão conteúdo. Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 1-2).

A revolução brasileira de Caio Prado Júnior está compreendida nos marcos de uma mudança de longo curso, a partir do que se poderia chamar de uma "dialética da nacionalidade" (MONTALVÃO, 2001). Essa dialética não incluía, como acreditava o PCB, a contradição entre resquícios feudais e a decolagem do capitalismo nacional, mas a elevação dos níveis materiais de vida e consciência política de milhões de brasileiros, democratizando a esfera pública, a partir da consolidação de um mercado interno que viabilizasse economicamente a nação. Os agentes da mudança não seriam determinados grupos e facções políticas, ciclicamente em disputa pelo poder decisório do Estado. Seriam forças sociais não inteiramente definidas, em processo de afirmação desde o término da Segunda Guerra Mundial, dando suporte a mudanças de maior envergadura, em uma conjuntura ainda por acontecer.

Para o intelectual do ano de 1966, apesar da existência de “circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 23), a agitação que antecedeu a queda de João Goulart não seria capaz de impulsionar qualquer mudança revolucionária, restando-lhe “as piores formas de oportunismo demagógico” e nada mais do que “preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação” (2014, p. 23). Nesse tempo de curta duração, tipicamente ilusório, não seria possível alcançar qualquer mudança mais significativa nas estruturas da sociedade brasileira. Isso dependeria de uma revolução que partisse das regiões mais distantes do país, dos locais em que o poder tradicional estava mais arraigado. Nota-se, então, o porquê do aplauso do historiador à aprovação pela Câmara dos Deputados da legislação social-trabalhista no campo e ao discurso de posse do governador Miguel Arraes exaltando a participação popular na administração pública em Pernambuco. Esses atos instituintes, ainda sem terem se concretizado em experiência, abriam “horizontes de expectativas” a serem desbravados no futuro. Esse sim, o tempo da revolução.

### Que os ricos sejam mais ricos, para que os pobres sejam menos pobres

O discurso de agradecimento pelo prêmio Juca Pato foi lido por Caio Prado Júnior pouco após a outorga de uma nova Constituição para o Brasil (24 jan. 1967). Vivia-se em um período crucial na tentativa de rotinização dos expedientes políticos da ditadura, em meio às tensões que redundaram no Ato Institucional n.º 5 e o consequente endurecimento do regime. É nesse momento que o autor de *A revolução brasileira* toma para si a responsabilidade de mostrar como o predomínio da ideologia de segurança nacional impedia o país atingir a modernidade. Desafiando esse estado de coisas, logo nas primeiras linhas de seu discurso, o intelectual do ano de 1966 ressaltou a tradição que vinha se formando na escolha dos

premiados com o Juca Pato, indicando sempre aqueles intelectuais que também se projetavam como homens de ação:

Muito agradeço a honra que me foi concedida com a láurea de Intelectual do Ano de 1966. Agradecimento este, bem entendido, e faço a restrição, no que me toca a mim pessoalmente, porque bem sei que não é unicamente, nem mesmo principalmente à minha pessoa que se dirige a homenagem. E sim ao princípio que por circunstâncias ocasionais eu neste momento represento. Princípio este que se destaca no traço comum que os une os laureados em anos anteriores: Santiago Dantas, Afonso Schmidt, Tristão de Athaide, Cassiano Ricardo, tão divergentes entre si em opiniões, posições filosóficas e obra realizada, mas iguais em um característico comum que os une e que constitui sem dúvida o princípio que a honrosa láurea do Intelectual do Ano tem por objetivo distinguir. Refiro-me ao intelectual atuante, ao homem de pensamento que não se encerra em torre de marfim, e daí contempla sobranceiro o mundo. E sim aquele que procura colocar a serviço da coletividade em que vive e da qual efetivamente participa.<sup>9</sup>

A biografia de Caio Prado Júnior, aos cinquenta e nove anos de idade, se encaixava muito bem nesse perfil. Ela incluía não só a publicação de dezenas de livros e artigos, mas também a militância nos quadros do PCB e uma profícua atividade empresarial, como proprietário e principal dirigente da Editora Brasiliense. Junto a esses afazeres da vida prática, o intelectual comunista manteve a linha publicista de interpegação das condutas de ação política do partido que integrava, atuando na esfera pública pós-1964 como um crítico das opções feitas em torno da malograda revolução democrático-burguesa.

Mantendo uma posição periférica em relação ao processo de institucionalização do marxismo de cátedra e à estrutura decisória da organização em que atuou politicamente, o vencedor do Juca Pato representa a figura do intelectual distanciado dos centros de poder. É nessa condição que ele se aproxima da definição de Edward Said (2005, p. 15) do intelectual enquanto aquele que se comporta como um “exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder”. Diante das transformações do pensamento

<sup>9</sup> Discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1966. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/caioprado/PDFs/Discursojuccapato.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

social provocadas pela especialização acadêmica, em ritmo acelerado com a circulação de ideias provocada pela expansão e diversificação do mercado editorial, a escrita de *A revolução brasileira* na forma de um ensaio demonstra a opção em torno de um *ethos* intervencionista correspondente ao posicionamento do autor na condição de intelectual público. A sua relação com o público, no entanto, não pode ser separada da maneira como Caio Prado Júnior se colocava enquanto intérprete marxista da realidade nacional.

Deve-se ressaltar que o marxismo caiopradiano mostrou-se heterodoxo na repulsa à estratégia politicista do PCB. Vitoriosa desde a chamada "re-fundação do partido" (PANDOLFI, 1995), atestada no estilo moderado e confiante da *Declaração de Março de 1958* quanto ao desenvolvimento capitalista nacional, se essa estratégia isolou Caio Prado Júnior em um primeiro momento, paradoxalmente, será a maior responsável pela visibilidade das teses encontradas em *A revolução brasileira*. O livro se insurge, entre outros pontos, contra a impropriedade da leitura pecebista sobre a formação da burguesia brasileira, considerando-a uma aplicação errônea do modelo asiático, cuja ênfase, sobretudo no caso chinês, estava na divisão entre uma burguesia compradora e uma burguesia nacionalista. Esses conceitos não poderiam ser aplicados à realidade local, visto que a burguesia brasileira mantivera vínculos históricos com o imperialismo. Em consequência:

Não há, pois, que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês anti-imperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária. Nesse assunto estamos bem distanciados do que ocorreu e ainda vem ocorrendo nas colônias ou ex-colônias e dependências do imperialismo na Ásia e na África (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 120).

Durante toda a sua atuação pública, o intelectual do ano de 1966 condenou a generalização da tese

leninista sobre a revolução agrária e anti-imperialista para a América Latina, especialmente para o Brasil, refutando de maneira radical a leitura dos comunistas brasileiros sobre o seu próprio país. Não se tratava, conforme advertia o historiador, de pensar a transformação da realidade nacional pela oposição de uma "burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia"<sup>10</sup> ao atraso provocado por reminiscências feudais. O problema estaria na condição de uma burguesia especializada em atuar dentro do paradigma da modernização conservadora. Em um tempo marcado pelo autoritarismo de uma ditadura de segurança nacional, repressora e censora, a principal responsabilidade dos intelectuais, afirmou o historiador, seria abandonar a torre de marfim da erudição e propor saídas para o futuro. Essas deveriam levar em conta a adequação dos conceitos à realidade existente. Somente assim seria possível atingir "amplos horizontes e perspectivas", contrariando "o projeto, bem marcado e abertamente proclamado pelas atuais forças dominantes no país, de limitar aquelas perspectivas e encerrá-las na tutela de um estreito horizonte".<sup>11</sup>

A interpretação do discurso de Caio Prado Júnior nos leva a questões relacionadas à semântica dos tempos históricos. Nele, a palavra horizonte(s) aparece praticamente em sequência, acompanhada dos adjetivos amplo e estreito. Não resta dúvida que esse termo é um demarcador de expectativas futuras (do mesmo modo que perspectiva(s), também usado neste sentido), delimitando projetos antagônicos. O golpe de 1964, embora não tenha sido citado diretamente durante a leitura proferida pelo intelectual no auditório da *Folha de S. Paulo*, é o personagem que atropelou uma esquerda sinuosa, vítima dos seus próprios exageros doutrinários, para colocar no seu lugar uma "fórmula político-filosófica" consagradora do "imobilismo econômico, social e político".<sup>12</sup> Limitar, estreitar e imobilizar foram os verbos utilizados, na noite de 28 de março de 1967, para demonstrar a força paralisante da

<sup>10</sup> DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958. In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1979* – documentos. São Paulo: LECH, 1980. p. 5. 353 p. (A Questão Social no Brasil, 7).

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

reação contra o apelo à mudança, à ampliação de horizontes e perspectivas que, de maneira difusa e não muito sensata, estava orientando a marcha interrompida da colônia à nação.

No último capítulo de *Futuro Passado* (2006), o historiador alemão Reinhart Koselleck publicou um ensaio seminal sobre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" como categorias formais, geradoras do tempo histórico, do qual será possível aproveitar uma de suas conclusões. Esta se relaciona à mudança na relação entre esses dois campos, distanciando-se a expectativa da experiência na formação da modernidade. "Minha tese", escreve Koselleck, "afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente" (2006, p. 314). O que permite a ampliação das expectativas é a quebra da exemplaridade do passado. Este deixa de ser um óbice ao ineditismo, frente à ideia de progresso. "O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor" (2006, p. 318).

O crescente otimismo sobre o potencial humano para controlar o mundo natural e social, marca do Iluminismo francês e seus derivados, esteve apoiado no conceito nitidamente pedagógico de aperfeiçoamento, pertencente à filosofia de Rousseau (2006, p. 316-317). O aperfeiçoamento da humanidade, no entanto, só pode ser entendido a partir da noção de história como processo, conduzida por meio de um destino inevitavelmente superior em relação ao ponto de partida. A nova consciência histórica da modernidade emerge plenamente, segundo Koselleck, no período entre 1750 e 1850, em decorrência do que foi percebido como a aceleração da história. Esse trânsito, em termos de Brasil, só irá atingir a sua plenitude muito depois, mais precisamente durante a presidência de Juscelino Kubitschek, momento em que a produção industrial atinge o seu patamar mais alto, projetando-se o progresso através de metas e planos para o futuro. É nesse contexto que o conceito de nacional-desenvolvimentismo representa a possibilidade de mudança em curso, dando-lhe um sentido.

No discurso apresentado no auditório da *Folha de S.Paulo*, em 28 de março de 1967, o Brasil moderno deveria coincidir com a afirmação de um país "efetivamente integrado no nível material e cultural de nossos dias".<sup>13</sup> Essa condição, porém, seria ainda algo muito precário na avaliação do historiador:

Na verdade, e infelizmente, estamos muito longe disso. Não somos apenas "subdesenvolvidos", ou se preferirem, e como querem alguns economistas e sociólogos que procuram disfarçar com palavras a realidade, não somos apenas um país "em desenvolvimento". Não é só quantitativamente que nos distinguimos dos países e povos que se acham na vanguarda do mundo contemporâneo. A diferença é também, e sobretudo, "qualitativa". E tanto isso é verdade que, relativamente, e em termos comparativos, não estamos avançando, mas antes recuando. Há cinquenta anos ainda poderíamos figurar, muito modestamente embora, no concerto das nações civilizadas, isto é, vivendo no nível da cultura então atingida. Hoje é difícil afirmá-lo. Já não nos enquadrámos mais nesse mundo da cibernética, da automação, da libertação progressiva do homem de todo esforço físico e mesmo de boa parte do mental. Temos uma fachada, não há dúvida, que apresenta certo brilhantismo. Mas é uma tênue fachada apenas, que disfarça muito mal, para quem procura verdadeiramente enxergar, e não tenta iludir-se, o que vai por detrás dela neste imenso país de desnutridos, doentes e analfabetos. E, quando muito, semianalfabetos que vegetam, mais que vivem, em padrões materiais e culturais que a parcela da Humanidade realmente civilizada já há muito não conhece mais.<sup>14</sup>

O trecho acima corresponde a um dos objetivos a que me proponho neste artigo. Nele encontramos um pouco da preocupação de Caio Prado Júnior com a singularidade da experiência histórica brasileira, em particular, na sua relação com o tempo. Cabe destacar que o autor de *A revolução brasileira* recusa a concepção linear-evolutiva do tempo histórico, visto que é possível avançar para retroceder: "Há cinquenta anos ainda poderíamos figurar, muito modestamente embora, no concerto das nações civilizadas, isto é, vivendo no nível da cultura então atingida. Hoje é difícil afirmá-lo". Essa representação vem confrontar a razão dualista das teorias da modernização, orientadas pela possibilidade evidente de ruptura com as mazelas políticas e sociais

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

do passado, à medida em que novas estruturas econômicas entram em cena.

A procura pelo entendimento da rota de acesso específica do Brasil para a modernidade industrial capitalista levou Caio Prado Júnior a se afastar, ainda muito jovem, das tentativas de entender esse processo por meio da sucessão universal dos modos de produção, descartando a hipótese de um passado feudal. De modo similar ao que depois seria realizado por Celso Furtado, dentro de uma trajetória própria, o historiador procurou a razão de ser da economia colonial nos seus entrelaçamentos com o mercado mundial da Idade Moderna.

O sentido da colonização, conforme se pode ler na clássica abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, não é percebido "nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo espaço de tempo" (2000, p. 7). A construção política do Brasil envolveria, portanto, a oposição entre o sentido econômico da colônia e o sentido econômico da nação. A sua apreciação mais adequada se encontra em uma abordagem histórica de longa duração, nela observada a rítmica multissecular entre a satisfação dos interesses do mercado exportador e o crescimento do mercado interno de produtores e consumidores nacionais.

A baixa capacidade do mercado interno brasileiro se multiplicar, atingindo níveis compatíveis ao seu potencial geoeconômico, decorre, entretanto, não apenas dos fatores estruturais estudados pelo intelectual no decorrer da sua extensa bibliografia, mas também de fatores mais imediatos, de ordem política, ressaltados no pequeno texto de 1967. Nele, a princípio, encontramos que a insuficiência do processo industrial para atrair progresso e desenvolvimento social é a marca mais evidente da experiência histórica brasileira no século XX. A sua consequência mais drástica seria a de não provocar uma mudança suficientemente capaz de recolher

todas as iniquidades deixadas pela colonização portuguesa, sobretudo a falta de condições para que o povo pudesse participar efetivamente das decisões políticas. Para corrigir este problema seria necessário um conjunto de reformas em profundidade, impedidas pela "fórmula político-filosófica que orienta a presente situação".<sup>15</sup>

Em sua análise do tempo presente, o historiador conclui que o Brasil contemporâneo ganha forma por meio de uma composição temporal em que o capitalismo marca uma presença de longa duração, estendendo-se sobre a economia agrária desde o período colonial. Não se tratava, portanto, como imaginava o modelo democrático-burguês, de romper com as forças do atraso localizadas no campo, ainda dominado pelo latifúndio semifeudal. O atraso se verifica na manutenção de uma estrutura capitalista historicamente dependente do mercado mundial, inibindo assim a possibilidade de um desenvolvimento autônomo dentro dessa teia de relações.

Bresser Pereira (1989) resume a interpretação de Caio Prado Júnior pela sua ênfase no predomínio do capital mercantil. Responsável pelo sentido da colonização, o capital mercantil estaria na raiz do subdesenvolvimento brasileiro, permitindo a formação de um "capitalismo rudimentar, incipiente e de baixo nível tecnológico" (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 106). A longevidade do capital mercantil deriva da sua capacidade de arriscar-se em novos negócios, inclusive no meio industrial e urbano. Dessa maneira, portanto, a burguesia brasileira se caracterizaria pela unidade das suas frações de classe, capazes de impor conjuntamente um projeto de dependência econômica e redução das expectativas de mudança social.<sup>16</sup> Tal situação faria com que a modernidade brasileira fosse algo apenas superficial, pois grita a sua incapacidade de irradiar-se de forma consequente, sobretudo fora dos grandes centros urbanos:

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Mesmo concordando com a caracterização de Caio Prado Júnior sobre a formação econômica do Brasil, Bresser Pereira deixa claro a sua divergência em relação ao Brasil contemporâneo. Bresser considera ter escapado à observação do autor de *A revolução brasileira* um conjunto de mudanças provocadas pela emergência do capital industrial, suficientes para ressaltar as fissuras entre as frações da classe burguesa. Cito: "Na verdade, entendo que o debate sobre as eventuais bases feudais da sociedade brasileira recebeu um ponto final na análise de Caio Prado Júnior. Seu argumento de que a parceria, o barracão, o cambão não são resíduos feudais, mas formas de expressão do capitalismo mercantil, é definitivo. Dessa forma não poderia realmente haver conflito entre uma oligarquia de origem feudal - que não existiu - e a burguesia industrial. Mas por que não poderia haver contradição entre essa mesma burguesia e a burguesia ou oligarquia mercantil que a precedeu no domínio absoluto da sociedade brasileira até pelo menos 1930?" (BRESSER-PEREIRA, 1989, p. 286-287).

Todos aqueles que não ignoram o Brasil, o verdadeiro Brasil da grande, da imensa maioria, que não é este dos principais centros urbanos, e direi mesmo, de alguns setores apenas destes grandes centros, todos estes sabem que não exagero. E não preciso insistir em dados estatísticos e outros índices bastante conhecidos, para situar o Brasil naquela parte da humanidade que tão longinquamente se aparta do que constitui os verdadeiros padrões de civilização contemporânea. Não serão por certo esses pobres arremedos de indústria moderna, das comunicações – correios, telégrafos e telefones que não funcionam –, estas nossas metrópoles que são inundadas e se desmancham com a chuva de todos os anos; e no terreno da cultura, estes espectros que são as Universidades e nosso pobre aparelhamento de ensino e de pesquisa em geral, não é isso certamente que nos concederá foros de país no nível dos grandes centros modernos ou deles se aproximando.<sup>17</sup>

A permanência do velho Brasil do atraso salta mais aos olhos do historiador do que qualquer movimento recente de transformação ou ruptura. O novo já nasce velho e desgastado, pronto a se tornar perecível como as “metrópoles que são inundadas e se desmancham com a chuva de todos os anos”.<sup>18</sup> A saída desse impasse não estaria em aprofundar um velho modelo econômico, como pensavam os teóricos da revolução burguesa, mas em buscar um novo modelo de sociedade que não fosse “impulsionada unicamente pelo interesse privado e pelo lucro”.<sup>19</sup>

O primeiro passo a ser dado seria denunciar a estreiteza com que os assuntos públicos estavam sendo tratados naquele momento, dentro de uma pauta conservadora que incluía a luta contra a corrupção, a subversão e a instabilidade da moeda. É sobre este tripé que se sustentava a ideologia de segurança nacional, inibindo qualquer agenda alternativa. O futuro do Brasil dependeria da ruptura com determinados padrões de entendimento da realidade. No discurso pelo Juca Pato, Caio Prado Júnior discorreu sobre a necessidade de se introduzirem métodos de implantação e de administração das políticas públicas que estivessem de acordo com as mudanças no capitalismo contemporâneo, sem repetir acriticamente as

páginas do passado, imaginando-o como uma fase a ser superada na transição para o mundo desenvolvido. Esse passo se via obstaculizado pelo predomínio da “tecnocracia economicista”:

Sobra, como último elemento da atual filosofia política dominante em nosso país, aquilo que, na falta de outra designação mais expressiva, eu chamaria de “tecnocracia economicista”. Todos que me ouvem já sabem aquilo a que me refiro. Trata-se de resolver os problemas brasileiros por modelos econômicos e outras fórmulas misteriosas somente acessíveis, no fundo e na forma, aos iniciados. Mas esquece-se aí que estão em jogo, no caso, fatos sociais, humanos, e que neste terreno que é o do comportamento de seres racionais, e não de objetos físicos, a solução de problemas que se há de traduzir em ações conscientes, implica a determinação de indivíduos livres, e não se consegue, portanto, sem o consenso destes mesmos indivíduos.<sup>20</sup>

O historiador repudiava assim a ortodoxia econômica dos ministros Octávio Gouvêia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, coautores do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Ele apontou o reducionismo e o enclausuramento desse discurso, distante da dinâmica mais ampla da vida social. A ditadura levava ao extremo a gramática do insulamento burocrático, mecanismo de modernização empregado ainda no período democrático, quando da criação de instituições como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que fortaleciam a mediação técnica das políticas desenvolvimentistas (NUNES, 2010, p. 133-135). Um crítico dos arranjos políticos de Juscelino Kubitschek, sustentados em acordos que inibiam a participação popular, o intelectual comunista reagia ao fechamento das instituições causado pelo golpe de 1964.

Diante de uma plateia seleta, basicamente formada por jornalistas, escritores, dirigentes da imprensa e autoridades públicas, Caio Prado Júnior discursou sobre a crise do projeto nacional-democrático, esvaziado por uma conjuntura autoritária, em que a orientação da política eco-

<sup>17</sup> Discurso de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1966.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

nômica, mais uma vez, limitava-se aos interesses das elites. O corte provocado pela intervenção militar, seguida da eleição indireta de Castelo Branco pelo Congresso Nacional, expôs as dificuldades da organização popular e a necessidade de tempo para que isso ocorresse. O novo cenário político foi representado nas últimas partes do discurso como uma volta ao passado, flagrada na repetição de velhas fórmulas em que o povo aparece em uma condição subalterna:

Quanto ao setor mais "humanista" dessa política tecnocrática, ela se exprime muito bem na afirmação do Sr. Presidente da República, quando ainda candidato e dirigindo-se em discurso às classes produtoras do Rio de Janeiro: do que se trata é fazer que "os ricos sejam mais ricos, para que os pobres sejam menos pobres". Fórmula esta que lembra um outro pensamento muito difundido na geração que chegava a seu ocaso em princípios do século, e que assim se expressava: "Que seriam os pobres se não fossem os ricos que lhes proporcionam empregos?".<sup>21</sup>

O encurtamento de horizontes e de perspectivas futuras, que Caio Prado Júnior tratou no início do seu agradecimento pelo Juca Pato, é resumido nessas duas frases: "que os ricos sejam mais ricos, para que os pobres sejam menos pobres" e "que seriam os pobres se não fossem os ricos que lhes proporcionam empregos?". Em ambas se percebe um efeito de suspensão do conflito social, colocando o tempo histórico também em suspenso, no sentido de não haver mais mudança possível, a não ser a resultante do aprofundamento do modelo de internacionalização e de dependência externa da economia brasileira. A revolução brasileira, compreendida na chave da formação nacional, ficava turvada por uma agenda alinhada ao suposto universalismo das teses do liberalismo econômico.

### Considerações finais

Distante de uma leitura acerca da produção bibliográfica caiopradiana, este artigo abordou uma intervenção muito pontual, que dialoga sobre a história contemporânea do Brasil com um público específico e, ao mesmo tempo, representa uma de-

claração política. Dizer que o Brasil se encaminhava para o futuro por meio de uma revolução foi um prognóstico relativamente comum nos idos de 1964, a tal ponto que os próprios militares se apropriaram do termo para justificar as suas ações contra a ordem constitucional-democrática. O vencedor do prêmio Juca Pato de 1966 tomou para si a responsabilidade de mostrar que, sob a máscara da "revolução redentora", feita para evitar que o país caísse nas garras do comunismo internacional, bloqueavam-se todos os horizontes e perspectivas de ruptura com as sobrevivências do passado colonial. Este, a mais da metade do século XX, ainda seria visível e influente na forma pela qual a modernidade se colocava apenas como promessa para uma parte esmagadora da população brasileira.

Com essa referência, procuramos mostrar que entre os afazeres do intelectual está o de dar publicidade às suas ideias. Contudo, a recepção destas depende da abertura encontrada na esfera pública. O golpe civil-militar de 1964 operou rapidamente no sentido de inibir ou, até mesmo, coagir a esfera pública plural existente, por meio da ideologia de segurança nacional. Assim, após um período de crescimento econômico capaz de ter provocado uma série de efeitos sociais e culturais, as forças conservadoras procuravam dar um outro sentido à história nacional. Essa situação histórica, entretanto, trouxe uma oportunidade para os críticos de esquerda posicionados contra as ilusões da revolução democrático-burguesa obterem maior presença pública. É dentro desse quadro que Caio Prado Júnior discursou sobre um futuro-presente cada vez mais distante.

### Referências

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Esquerda positiva: as duas almas do PCB*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. De volta ao capital mercantil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense: Unesp, 1989. p. 279-297.

<sup>21</sup> Idem.

BURAWOY, Michael. For public sociology. *American Sociological Review*, [S. l.], v. 70, p. 4-28, Feb. 2005. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Public%20Sociology,%20Live/Burawoy.pdf><http://burawoy.berkeley.edu/PS/ASA%20Presidential%20Address.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CÔRTEZ, Norma. *Esperança e democracia*. As ideias de Álvaro Vieira Pinto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. O ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, de março de 1958. In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1979*: documentos. São Paulo: LECH, 1980. p. 3-27. 353 p. (A Questão Social no Brasil, 7).

DISCURSO de agradecimento de Caio Prado Júnior pelo prêmio Juca Pato de intelectual do ano de 1966. In: *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/caioprado/PDFs/Discursojucafato.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura éthos da ciência. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-485, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662011000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662011000300002). Acesso em: 21 dez. 2018.

DURHAM, Eunice. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia Carvalho (org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC: Paz e Terra, 1978. p. 151-209.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. 3. ed. São Paulo, Edusp, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: UNESP, 2014.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 33-49, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a04v2265.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1999.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MENDONÇA, Ana Waleska. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 14, n. 14, p. 131-150, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. *O sentido da nação*: um estudo sobre o pensamento e a ação política de Caio Prado Júnior. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasileira (São Paulo, 1955). *História*, São Paulo, p. 1-28, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/0101-9074-his-36-e7.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior*: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, [S. l.], v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015. Disponível em: <https://www.dx.doi.org/10.1590/1678-987315235307>. Acesso em: 10 maio 2018.

PERLATTO, Fernando. *A imaginação sociológica brasileira*: a sociologia no Brasil e sua vocação pública. Curitiba: CRV, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira e Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. p. 231-269.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil*. Um estudo sobre a sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional (1945-1966). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WERNECK VIANNA, Luiz. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004. p. 195-242.

WINOCK, Michael. *O século dos intelectuais*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

---

### Sérgio de Sousa Montalvão

Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

---

### Endereço para correspondência

Sérgio de Sousa Montalvão  
Rua Mário Santos Braga, 30, 7.º andar  
Centro, 24020-005  
Niterói, RJ, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*